



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA**

**PL 193/2026**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.”
- Lei Federal nº 14.572, de 8 de maio de 2023, que institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 11.489, de 14 de março de 1994, que dispõe sobre a realização de programa de ações preventivas em saúde bucal;
- Lei Municipal nº 13.322, de 06 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a criação de campanha educativa para prevenção de câncer bucal;
- Lei Municipal nº 13.533, de 19 de março de 2003, que institui a Política Municipal de Proteção à saúde Bucal da Pessoa Hospitalizada e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 13.834, de 27 de maio de 2004, que institui a Política Municipal do Idoso, e dá outras providências.”- Lei Municipal nº 14.080, de 26 de outubro de 2005, que dispõe sobre a avaliação oftalmológica, auditiva e bucal dos estudantes da rede municipal de ensino e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.958, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de entrega do cartão SUS aos alunos atendidos pelo Programa Aprendendo com Saúde.
- Lei Municipal nº 15.968, de 27 de janeiro de 2014, que institui e define diretrizes para o Programa de Promoção, Proteção e Educação em Saúde no âmbito do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 16.380, de 1º de fevereiro de 2016, que institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência;



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.860, de 09 de fevereiro de 2018, que institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa Hospitalizada, e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.709, de 09 de novembro de 2021, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Virada Odontológica Permanente – Promoção e Prevenção da Saúde Bucal, a ser realizada anualmente na semana do dia 25 de outubro – Dia do Dentista.

- Lei Municipal nº 17.709, de 09/11/2021, altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Virada Odontológica Permanente Promoção e Prevenção da Saúde Bucal, a ser realizada anualmente na semana do dia 25 de outubro Dia do Dentista.

- Portaria SMS nº 365, de 7 de junho de 2024, que estabelece o Núcleo de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa - NASPI nos Serviços Socioassistenciais vinculados às Unidades Básicas de Saúde – UBS, da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, estabelecendo suas atribuições e as competências de seus profissionais.

- PL 93/2026

Institui diretrizes para a ampliação descentralizada do acesso à prótese dentária no Município de São Paulo, por meio de equipamentos públicos de educação, assistência social e acolhimento, e dá outras providências.

- PL 1320/2025

Institui a Unidade Básica de Saúde do Idoso no Município de São Paulo e dispõe sobre o atendimento integral e especializado à população idosa.

- PL 1229/2025

Institui o Programa de Atendimento Odontológico Itinerante para pessoas atípicas e seus cuidadores.

- PL 467/2025

Institui as Carretas Móveis de Saúde da Mulher e Saúde Odontológica no município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 375/2025

Dispõe sobre a criação de cartilha educativa sobre a importância da saliva e dos testes clínicos salivares no Município de São Paulo.

- PL 182/2025



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
**PROCURADORIA**

Institui o “Dia D” - Dia Municipal de Atendimento Odontológico às Pessoas com Deficiência” no Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 181/2025

“Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de um Técnico em Saúde Bucal (TSB) em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e demais estabelecimentos públicos de saúde no município de São Paulo e dá outras providências.”

- PL 505/2024

Dispõe da obrigatoriedade de uma equipe odontológica nos Centros Especializados em Reabilitação (CER) do Município de São Paulo e dá outras providências.

- PL 145/2024

“Institui o Programa “A Saúde Começa Pela Boca” na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo.”

- PL 517/2022

Altera a Lei nº 12.556, de 8 de janeiro de 1998, para instituir o Programa de Saúde Odontológica Especial para pacientes com necessidades especiais em Atendimento Domiciliar (AD), Ambulatórios e Centros cirúrgicos, em todas as Coordenadorias de Saúde de São Paulo.

- PL 365/2022

Dispõe sobre diretrizes a serem seguidas pelas Organizações Sociais que possuem contratos de gestão com a Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

- PL 31/2022

Determina o oferecimento de atendimento odontológico em todas as UBS e UPA do município de São Paulo, dá outras providências.

- PL 519/2021

Dispõe sobre o Programa de Atenção à Saúde Bucal denominado “Sorria SP”, no âmbito da cidade de São Paulo e dá outras providências.

- PL 175/2016

Estabelece diretrizes para a implantação do programa saúde na escola no município de São Paulo.

- PL 141/2013

Dispõe sobre a criação de consultório dentário móvel e implanta o programa São Paulo sorridente.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

- PL 346/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade na concessão pelo poder executivo municipal de kit higiene bucal dentro da farmácia municipal, e dá outras providências.

- PL 683/2008

Dispõe sobre a implantação de consultórios odontológicos em todos os estabelecimentos de ensino, inclusive creches, sob a supervisão e administração da prefeitura de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 28/2007

Institui o programa "bom de boca", a ser implantado em todas as creches, unidades de educação infantil e de ensino fundamental da rede municipal de ensino, inclusive conveniadas.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 26 de março de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer  
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia  
OAB/SP 155.068